



Congresso Estadual do MPMG encerra com palestra do Ministro Luiz Fux

Biênio 2018 / 2020 - Agosto

106|**2018**

Editorial

Caros associados,

O mês de agosto trouxe muitas alegrias para a Associação. No dia 1º, a AMMP completou 65 anos de vida, quando foi possível comemorar grande crescimento institucional, construído ao longo dos anos. O melhor ainda estava por vir. Para ilustrar o glorioso caminho percorrido até aqui, nos dias 30 e 31, foi realizado o XIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, no espaço The One Business, em Belo Horizonte, com o tema Reflexões sobre a conjuntura e avanços institucionais.

O evento, que começou a ser elaborado há mais de um ano, pretendeu criar um cenário propício para o debate dos rumos Institucionais. E em terrenos férteis como esse, é que surgem sugestões e ações de vanguarda.

Durante os dois dias, os congressistas puderam acompanhar um importante conjunto de palestras, iniciadas com a prata da casa: o Procurador de Justiça Nelson Rosenvald, que em uma busca audaciosa pelo futuro, apresentou tendências da responsabilidade civil à luz dos 30 anos da Constituição Federal. Ainda no campo do Direito, outros nomes de grande relevância emprestaram seu tempo para enriquecer o Congresso. O ex-desembargador do TRF-4 Vladimir Passos abordou a resolução de conflitos ambientais. A professora e ex-Procuradora do Estado de São Paulo, Maria Sylvia Zanella Di Prieto, teceu importante análise sobre a legislação anticorrupção no Brasil. O Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Bruno Carpes apresentou inovadora pesquisa sobre o sistema prisional. O ciclo foi encerrado pelo ministro do STF Luiz Fux, que engrandeceu o Congresso com palestra sobre a análise econômica do direito.

Intelectuais de outras áreas do conhecimento também foram convidados, como o escritor, economista e cientista social, Eduardo Gianetti, e a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Ambos compartilharam experiências sobre o passado e o presente do Brasil.

Outro momento de extrema importância foi a apresentação das teses dos congressistas, que em três salas e em plenária, sugeriram, com entusiasmo, ideias transformadoras da realidade. É o que se espera do Ministério Público.

Os três painéis temáticos ainda estabeleceram relevante canal de diálogo. Por meio deles conselheiros do CNMP puderam explicar o modelo de atuação do órgão, empresas sinalizaram parcerias com o Ministério Público para alcançar o pleno desenvolvimento de Minas Gerais e Procuradoras e Promotoras de Justiça debateram com profundidade a situação das mulheres na Instituição.

Como os membros do Ministério Público não vivem apenas de trabalho árduo, dois momentos de festividade foram cuidadosamente preparados. Ao fim do primeiro dia, os participantes foram recebidos na Pizzaria 68. No segundo dia, a festa de encerramento, no espaço Sua Sala, coroou a jornada. A noite foi recheada de música e corações aquecidos ao sabor do reencontro de homens e mulheres que doam suas vidas para o bem da sociedade.

Passado o momento de inebriante felicidade, não nos esqueçamos de manter a eterna vigilância. A AMMP seguirá acompanhando, incessantemente, o andamento de propostas de recomposição salarial da classe e a ADI 5985 que busca, junto ao STF, o reconhecimento do direito de Procuradores e Promotores de Justiça na ativa concorrerem a cargos eletivos.

A diretoria



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:

Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928

Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG

ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma
publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

1º vice-presidente:

José Silvério Perdigão de
Oliveira

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:

Fabício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

Eduardo Francisco
Lovato Bianco

2º diretor financeiro:

Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem

1.000 exemplares

Diretoria encaminha comunicado acerca da notificação da Receita Federal

Caros colegas,

Tendo em vista que na data de hoje tivemos conhecimento da notificação pela Receita Federal a diversos associados referente ao recebimento do auxílio-moradia nos anos-calendário 2014 a 2017, a AMMP informa:

As entidades de classe solicitaram há algum tempo pareceres jurídicos de grandes tributaristas a fim de subsidiar eventuais defesas administrativas, sem prejuízo de sua utilização em eventuais medidas judiciais que se fizerem necessárias. Em todos os pareceres fica clara a natureza indenizatória e sua decorrência da preservação do vínculo

entre o desempenho das funções e a competência territorial, do que decorre a garantia da inamovibilidade.

Ademais, referida conclusão é facilmente perceptível pelo voto do Ministro Luis Fux quando do julgamento da Ação Cível Originária nº 1773, ao fixar a forma e as condições para o seu pagamento.

Não obstante a clarividência fática e jurídica, as entidades de classe do Ministério Público e Magistratura se reuniram, nos últimos dias, com diversos membros dos Poderes a fim de ratificar a impossibilidade de qualquer tributação.

Neste sentido, na semana passada, a Advocacia-Geral

da União elaborou parecer endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda, recomendando, neste momento, expressamente a impossibilidade de cobrança administrativa, bem como o caráter imperativo e com força executiva da decisão do Ministro Luis Fux. Ao final, recomenda ainda a ciência do parecer às repartições interessadas, o que não sabemos se já foi feito.

Assim, a AMMP salienta aos associados que qualquer medida administrativa ou judicial será tomada com base nos fatos materiais jurídicos colhidos por todas as associações de classe. Ainda, ressalta que os advogados das associa-

ções que compõem a Frente, visto que a iniciativa da Receita Federal alcança os membros do Ministério Público e Magistratura, estão avaliando para que as associações decidam a melhor estratégia, sem prejuízo das ações Institucionais.

Tão logo tenhamos novas informações, comunicaremos imediatamente a todos e, caso necessário, faremos a defesa administrativa de forma tempestiva com toda a logística da associação (envio de documentação) e inclusive assinaremos a peça junto com os associados.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2018.

A diretoria

O comunicado acima também foi enviado pelos canais diretos de informação da AMMP, no dia 11 de setembro.

AMMP convida associados para o curso “A teoria do delito aplicada a casos”

Nos dias 22 e 23 de outubro, a Associação Mineira do Ministério Público promoverá o curso inédito “A teoria do delito aplicada a casos”, proferido pelo professor e doutor Luis Greco. A conferência de abertura será realizada pelo Dr. Bernd Schünemann, um dos maiores penalistas do mundo.

Luís Greco (1978) graduou-se em Direito em 2000 (UFRJ) e 2015 (LMU Munique); LL.M. (2003) e doutorado (2008) na LMU Munique, sob a orientação de Claus Roxin; habilitação 2015 na LMU Munique, sob a orientação de Bernd Schünemann. Em 2015 tornou-se Professor titular de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Penal Econômico na Universidade de Augsburg, universidade que deixou em 2017, para tornar-se Professor catedrático de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal Estrangeiro e Teoria do Direito Penal na Universidade Humboldt de Berlim.

Faça sua inscrição na secretaria da AMMP pelo telefone 2105-4878, ou pelo e-mail secretaria@ammp.org.br. Os inscritos receberão, previamente, dois casos, que serão abordados no curso, por e-mail. Serão disponibilizadas 165 vagas, o que corresponde à capacidade de lotação do auditório da Associação.

XIII Congresso promove discussões sobre o presente e o futuro do MP



Foi realizado, nos dias 30 e 31 de agosto, o XIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O evento, que acontece a cada 2 anos, tem como proposta reunir os membros do MP para debater questões importantes que envolvem a classe e sua atuação. A partir do tema “Reflexões sobre a conjuntura e avanços institucionais”, o Congresso sinalizou quais devem ser os principais desafios a serem enfrentados pela instituição no futuro.

Os trabalhos do Congresso foram iniciados na manhã do dia 30, no espaço The One Business Center. Sob olhar atento dos mais de 250 congressistas, o presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Enéias Xavier Gomes, foi o responsável por inaugurar as atividades.

Com a palavra, o presidente da AMMP sinalizou quais temas precisam entrar na pauta de debates da classe. Inicialmente, chamou a atenção para a evolução das mídias e a Justiça. “O rigor, a reflexão, a prudência e o método, devem comandar nossas ações. Sempre distante das emoções, e de forma racional. Mas como aliar tais características com as necessidades da imprensa, no seu papel, ávida por informações imediatas?”, se indagou.

Posteriormente, Enéias destacou que, apesar das dificuldades impostas, é preciso retomar a motivação para exercer a carreira. “No campo profissional, a realidade é de cada vez menos tempo, aliada a uma completa estagnação da carreira, que vem de anos, e com isso vem surgindo o desalento, o desencanto e a falta de perspectivas e horizontes. Outro desafio, portanto: a retomada do estímulo, inclusive acadêmico. Da mesma forma, a retomada da nossa capacidade eleitoral passiva. Pois estamos com

cada dia menos representantes e distantes do Parlamento. E com isso, as Casas Legislativas não decifram os sons inaudíveis de nossas dificuldades e anseios.”

Por fim, o presidente da AMMP conclamou a classe para ficar atenta às mudanças que ocorrerão no Ministério Público do velho continente. “Em 2020, o Ministério Público Europeu será uma realidade, a fim de combater crimes financeiros e lavagem de capitais. Trata-se de um novo modelo, formado por promotores europeus supranacionais, apoiados por membros delegados por cada estado. Com independência, inclusive, de seus países de origem, e também em face da própria comissão europeia, o que poderá nos legar grandes lições. É preciso acompanhar este modelo que surge agora. Acho que essa é uma tarefa de todos aqueles que lideram associações de classe e procuradorias.”

Para dar fim a cerimônia de abertura, o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, também discursou e chamou a atenção para relevância dos temas que seriam discutidos no ciclo de palestras do Congresso.

Primeiramente, o Procurador-Geral analisou que é preciso aprimorar o atendimento à sociedade incorporando boas práticas realizadas pela iniciativa privada. “A AMMP trouxe a CEMIG, a CBMM, o Sebrae e a FIEMG para tratar de práticas da iniciativa privada, que podem ser incorporadas pela administração pública. Em especial pelo Ministério Público. Não há mais tempo a perder. Porque os recursos são finitos e as nossas demandas são infinitas”.

Tonet destacou que o MP precisa trabalhar para garantir independência e espaço para atuação das promotoras de Justiça. “Vamos debater no Congresso algo muito impor-

tante, que é a participação da mulher. Não só no MP, mas em toda a sociedade. É uma necessidade que a mulher tenha um protagonismo maior na instituição. É necessário ter condições e fomento para que a mulher tenha o valor que merece”.

O Procurador-Geral enalteceu a atuação do MP no país, a qual garantiu legitimidade perante à sociedade. “Os promotores e as promotoras de todo o Brasil têm dado mostras de comprometimento no combate à improbidade administrativa e à corrupção. Isso coloca o MP com legitimidade. Legitimidade base, junto à população. Isso nós não podemos esquecer. A razão de ser do MP é a sociedade”, disse Tonet, concluindo que a classe não pode esquecer a utopia.

O presidente da Associação Nacional dos Membros do

Ministério Público (CONAMP), Victor Hugo Azevedo, declarou aberto o XIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais.

Solenidade

Além de Enéias e Tonet, também compuseram a mesa de abertura do Congresso: o 1º vice-presidente da AMMP, José Silvério Perdigão de Oliveira; a 2ª vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral; o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo; a Procuradora-Geral do MP de Contas junto ao TCE, Elke Andrade Soares de Moura; representante do Corregedor-Geral do MP, Carlos Alberto Isoldi; o Defensor Público-Geral, Gério Soares; o Desembargador do TJMG Alberto Diniz Júnior; o Procurador-Geral do município de Belo Horizonte, Tomaz de Aquino e o Secretário de Defesa Social, Sérgio Barbosa Menezes.



Palestra inaugural

Após a solenidade, o Procurador de Justiça e associado, Nelson Rosenvald, proferiu a palestra inaugural do Congresso: “Os 30 anos da Constituição Federal e as tendências na responsabilidade civil”.

Em sua fala, Rosenvald explicou que as mudanças sociais e científicas proporcionam mudanças na forma como a responsabilidade civil é entendida pela Justiça. Dessa forma, o orador pretendeu antecipar cinco tendências “do que se deseja para a responsabilidade civil no terceiro milênio”. As tendências são: objetivação da responsabilidade civil, a contratualização da responsabilidade civil, despatrimonialização da responsabilidade civil, multifuncionalização da responsabilidade civil e a hibridização da responsabilidade civil.

Sobre o assunto, Rosenvald destacou que “hoje em dia o direito civil não procura mais por um culpado”. “É impossível procurar um culpado em uma sociedade sofisticada, plural e massificada como a nossa. Os danos proliferam. Hoje temos a busca por um responsável”.

Em entrevista ao AMMP Notícias, Rosenvald ainda analisou os 30 anos da Carta Magna no contexto do MP. “Para o MP, esses últimos 30 anos foram muito positivos. A instituição se afirmou como essencial à democracia. Alguns dizem que é até um quarto poder, e não é à toa. Hoje, dentre as inúmeras atribuições do MP, estão aquelas que dizem respeito à proteção dos interesses indisponíveis de toda a sociedade. Nesses 30 anos o MP deixou de ser o MP criminal, o MP simplesmente da denúncia e passou a ser o MP verdadeiramente fiscal da lei. Aquele que em várias áreas como meio ambiente, consumidor, patrimônio público, toma à frente das demandas sociais”, analisou.

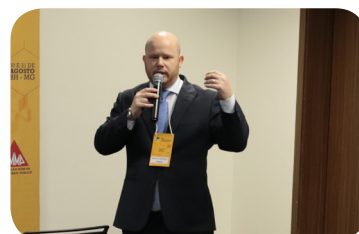
Teses aprovadas em plenária

Foram aprovadas 13 teses, em plenária, no dia 31 de agosto, durante o XIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais. A plenária foi presidada pelos promotores de Justiça Eduardo Francisco Lovato Bianco e Francisco Chaves Generoso.

Os presidentes e coordenadores de salas foram, respectivamente; Anelisa Cardoso Ribeiro, Isabela de Carvalho na sala da Área Cível e Especializada; Guilherme Abras Guimarães de Abreu, Shirley Machado de Oliveira na sala da Área Cível e Especializada, Criminal, Política Institucional e Administrativa; Allender Barreto Lima da Silva, Fernanda Fiorati Freitas na sala da Área da Política Institucional e Administrativa.

Teses aprovadas em plenária

O promotor de Justiça Athaide Francisco Peres Oliveira apresentou a tese “O “CAR” e sua averbação imobiliária”. O promotor de Justiça Calixto Oliveira Souza apresentou a tese “Crimes de trânsito com culpa consciente justificam esforços do Ministério Público para a mudança das leis”. O promotor de Justiça Emmanuel Levenhagen Pelegrini apresentou a tese “Ação de exigir contas e obrigação alimentar: ainda sobre o interesse de agir”. O promotor de Justiça Epaminondas da Costa apresentou as teses “Criança “abrigada”, perturbação psíquica grave e de comportamento e Ministério Público” e “A Lei da Sinase (Lei 12.594 de 2012), Unificação de Medidas Socioeducativas e o Princípio da Subsunção (absorção lógica de uma medida por outra)”. A procuradora de Justiça Gisela Potério Santos Saldanha apresentou as teses “O dever da observância à lei no processo eleitoral para escolha do Procurador Geral de Justiça”, “Democracia participativa na política institucional - alternância de poder - mito ou essência?”, “Integração - uma proposta de sobrevivência institucional” e juntamente com o procurador de Justiça Luiz Carlos Teles de Castro e a procuradora de Justiça Nadja Kelly Pereira de Souza Miller, a tese “Regionalização da atuação e o promotor natural”. Os promotores de Justiça Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello e Rodrigo Antônio Ribeiro Storino apresentaram a tese “O mito da torcida única e a (falsa) higienização do futebol brasileiro: O emprego de ações e operações de inteligência no combate aos núcleos criminosos das torcidas organizadas”. O promotor de Justiça Marcus Paulo Queiroz Macêdo apresentou as teses “A possibilidade de se requerer, como medida coercitiva em cumprimento de sentença e execuções, a suspensão do direito de dirigir do devedor” e “A aplicação da teoria da actio nata às ações de improbidade administrativa”. O promotor de Justiça Rafael Moreno Rodrigues Silva Machado apresentou a tese “O Ministério Público como cláusula pétrea e o paradigma da essencialidade no mundo líquido”.



Lima Barreto como expressão da luta histórica por inclusão racial no Brasil



“O presente é cheio de passado”. A frase ilustra bem o que a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz levou ao Congresso do MP mineiro, com a palestra “Lima Barreto e a difícil história da inclusão no Brasil”. A mesa da palestra foi presidida pela Promotora de Justiça Patrícia Habkhouk.

Autora de 14 livros, sendo o último deles “Lima Barreto: Triste Visionário”, Lilia Schwarcz utiliza o escritor, descendente de escravos e precursor da literatura negra no país, como metáfora para explicar o cenário racial do Brasil pós-abolição da escravidão.

Para construir seu argumento principal, a autora percorreu e pesquisou com profundidade os passos trilhados por Barreto, desde a tenra idade, até sua morte. Parte do acervo colhido durante o trabalho, que contém, escritos, fotos e objetos pessoais de Barreto, foi apresentado aos congressistas como símbolos autoexplicativos da história dos negros no país.

A palestrante explicou que o período iniciado pela Lei Áurea ainda está inconcluso no Brasil. “Nós fomos o último país a abolir a escravidão. A lei que aboliu a escravidão foi uma lei muito conservadora, foi uma espécie de pacto. E não se preocupou com a inclusão da população, que durante mais de dois séculos, ficou excluída. O que vemos no Brasil é uma decorrência daquele momento, mas uma decorrência recriada no momento presente, porque nós temos ampliado isso, o que hoje os estudiosos chamam de racismo estrutural”, disse.

Ao AMMP Notícias, Schwarcz, apontou que o MP é uma importante ferramenta da democracia para ajudar dissipar este contexto racial. “O MP tem um papel fundamental porque durante muito tempo o grande problema do Brasil foi que as pessoas não reconheciam a existência de ter preconceito. Florestan Fernandes dizia que o Brasil tinha preconceito de ter preconceito”, afirmou.

Giannetti



Escritor, cientista social e economista, Eduardo Giannetti fechou o primeiro dia do Congresso do Ministério Público apresentando os porquês de o Brasil não alcançar o pleno desenvolvimento humano, econômico e político. A mesa da Palestra “Utopia Brasileira” foi presidida pela Promotora de Justiça Luz Maria Romanelli de Castro.

Em posse da palavra, Eduardo Giannetti, citou que a Operação Lava Jato mostrou aos brasileiros como funcionam as relações de poder entre governantes e setor privado no Brasil. “A Lava Jato escancarou uma realidade

fundamental acerca do *modus operandi* da relação entre público e privado no Brasil. A deformação patrimonialista consiste no encontro de duas forças, da vida brasileira que quando se articulam, submetem a sociedade a uma verdadeira opressão e a uma drenagem em larga escala de recursos que não redundam em benefícios para a sociedade.”

Para o intelectual, o desbaratamento de esquemas criminosos no centro de poder da República e do funcionamento cotidiano do Estado demarcaram importante ponto histórico de inflexão. “A Lava Jato é tão importante quanto outros acontecimentos do passado recente do país. Na década de 80 tivemos a grande causa, a grande bandeira, que foi a redemocratização. Foi o desafio que consumiu a melhor das energias da nação brasileira. Um caminho que não foi linear, longe disso. Tivemos um grande desapontamento, que foi a derrota das Diretas Já no Congresso. Foi um processo tortuoso, que se completou no final dos anos 80, com a conquista da democracia e do estado de direito. Depois tivemos um outro período longo, onde as energias da sociedade também se mobilizaram entorno de uma saga que foi a conquista de uma instituição fundamental para a vida que é um sistema monetário estável.”

Iniciativa privada anseia por MP parceiro no desenvolvimento econômico



A parte da tarde se iniciou com o Painel: Atuação do Ministério Público e o desenvolvimento econômico”, com a participação da CEMIG, da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e do Sebrae. Os trabalhos foram coordenados pelo 1º Diretor Administrativo da AMMP, Fabrício Marques Ferragini.

Os representantes de alguns dos patrocinadores do Con-

gresso indicaram que os empreendedores buscam aproximação com o MP para, em parceria, consolidar Minas como um Estado desenvolvido. Os expositores destacaram que estão perseguindo o desenvolvimento econômico, sustentável e social.

O presidente da FIEMG, Flávio Roscoe Nogueira, explicou que é uma missão de sua gestão aproximar o empresariado do MP. “O MP pode ter um papel preponderante na reversão da visão da sociedade à respeito do papel do empreendedor no Brasil.”

O diretor técnico do Sebrae, Anderson Cabido, ressaltou que a atuação do MP demonstra as mesmas preocupações de empresas. “Quando a gente fala de desenvolvimento, falamos do tripé desenvolvimento sustentável, econômico e social.”

Por sua vez, a Diretora Jurídica da Cemig, Neila Maria Barreto Leal, elogiou a formação do painel e reafirmou que tanto o MP, quanto as empresas, precisam remar juntos. Já a Diretora Jurídica da CBMM, Renata Willens relatou que companhia “une desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade.”

Painel CNMP



Importante para a atuação do Ministério Público em todo o país, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participou de painel no XIII Congresso Estadual do MP de Minas Gerais. Conselheiros convidados explicaram como o órgão, criado em 2004, trabalha. A mesa do painel foi presidida pelo Promotor de Justiça José Antônio Freitas Dias Leite.

Durante a conversa, os conselheiros explicaram que o órgão está ganhando caráter mais propositivo, o que vai além das suas funções de fiscalização administrativa, financeira e disciplinar.

O Conselheiro Demerval Farias Gomes Filho explicou que a partir de 2010, o CNMP passou a observar com mais

atenção a atividade fim dos promotores e promotoras. “A partir de 2010, e 2015 também, se observa uma atuação que envolve a atividade fim, mas não vinculando a atividade fim. Uma atuação propositiva da atividade através das comissões. O CNMP acabou ocupando este espaço e gerando muitas discussões no país. Nesse período de cinco anos, tivemos as comissões sendo fortalecidas.”

O conselheiro Valter Shuenquener de Araújo, originário da magistratura, apresentou o CNMP como um órgão plural e democrático. Também participaram da conversa, os conselheiros Marcelo Weitzel Rabello de Souza e Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior.

Painel Elas pelo MPMG: o Ministério Público contado por elas



Em consonância com as mudanças sociais, o Congresso Estadual apresentou o painel “Elas pelo MPMG: O Ministério Público contado por elas”, onde Promotoras e Procuradoras de Justiça puderam dividir a experiência de ser mulher na instituição e pensar o que pode ser feito para alcançar a igualdade de gênero na carreira. O debate foi mediado pela Promotora de Justiça Danielle de Guimarães Germano Arlé, que iniciou a conversa explicando que o “Elas pelo MP é um movimento que não busca a supremacia feminina, mas sim a igualdade”.

A Promotora de Justiça Shirley Machado de Oliveira afirmou que a equivalência de oportunidades não é benéfica apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade. “A relevância desse momento é para que a gente consiga ser esse MP transformador, não apenas internamente, mas que consiga refletir isso. A busca da igualdade é uma tendência, não só pelo critério de justiça, mas pelo critério de produtividade. As empresas que respeitam a igualdade de gênero têm maior satisfação pessoal e maior produtividade”.

A Promotora de Justiça Ana Gabriela Brito Melo Rocha entende que o MP ainda precisa evoluir, assim como a sociedade, para superar as diferenças entre homens e mulheres. “Nem sempre a violência é explícita. Uma violência sociocultural. O MP não é uma ilha, a gente faz parte da sociedade. A gente se acostumou tanto a não ver mulheres nos espaços de poder.”

Elaine Martins Parise, Procuradora de Justiça que atuou como Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica, disse que mulheres em cargos elevados, recebem tratamento diferente dos homens. “Neste caso a mulher é vista como mandona, como autoritária. Mas um homem na mesma posição recebe outro tratamento”, enfatizou.

Também Procuradora de Justiça e ex-Corregedora-Geral do MPMG, Ruth Lies Scholte Carvalho, sinalizou que as mulheres precisam se mostrar mais para serem reconhecidas. “Temos que mostrar nossa competência administrativa também. Participando de tudo e dando opinião. Não podemos ficar escondidas no gabinete e de repente alguém reconhecer nossa capacidade.”

A Academia de Letras do MPMG homenageia presidente da AMMP



Importante espaço de divulgação da produção literária dos membros da instituição, a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, nascida em 2012, também se fez presente no Congresso Estadual.

Em solenidade, o presidente da agremiação, o Procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta concedeu ao presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, a presidência de honra da Academia de Letras.

Ao receber a honraria, Enéias citou que a literatura também é um “refúgio” dos problemas da vida e do mundo.

Vladmir Passos, apresentou soluções possíveis para resolver problemas ambientais no Brasil



"Execução da sentença ambiental e atuação do Ministério Público", com essa palestra, Vladmir Passos deu verdadeira aula sobre litígios que envolvem o meio ambiente. O Promotor de Justiça Daniel Batista Mendes presidiu a mesa da apresentação.

O especialista explicou que a preocupação com o meio ambiente era muito diferente quando começou sua carreira no Ministério Público. "A maioria dos promotores não

se interessavam por questões ambientais. Aquilo me interessava e me parecia importante. Em 2018 não temos nada a ver com aquele tempo. Não se falava em direito ambiental. Falava-se em ecologia. Quem se preocupava com a área era tido como louco, era preciso ir devagar. Em 2018, temos consciência de uma sucessão de problemas. Problemas difíceis como a falta e a qualidade da água, problemas de população, espécies ameaçadas, povos indígenas. Hoje, essa é a nossa realidade. Muito mais complexa", apontou.

Passos acredita que a melhor maneira de encarar problemas ambientais, que envolvem diversos atores sociais, é a conciliação. "Eu acho que a conciliação é o caminho. Nós temos que pensar no econômico e no social também. O mais importante é que estas conciliações definem o conflito e não o prolongam. Se for entrar com uma ação judicial, evidentemente vai demorar muito, e se tiver uma perícia mais ainda. É óbvio que precisamos ter desenvolvimento sustentável. Isso é dito e repetido. Mas como fazer essa combinação do ambiental, social e econômico? Não é mais isolado, não é só o ambiental, só o social ou só o econômico. Os três formam um desafio enorme que temos que enfrentar."

Corrupção: um debate que nunca se encerra



A escritora, professora universitária e ex-Procuradora do Estado de São Paulo Maria Sylvia Zanella di Pietro, propôs debate sobre o arcabouço legal que ampara o Estado brasileiro no combate à corrupção. A Promotora de Justiça Rogéria Cristina Leme presidiu a mesa da palestra.

Com a palestra "Lei anticorrupção e aspectos atuais da lei de improbidade", Maria Sylvia apontou criticamente quais

os percalços da legislação. "A Lei de improbidade administrativa veio para pegar o agente público, pessoa física, e poderia alcançar terceiros quando há participação no ato administrativo. E aí, agente público a lei definiu de maneira mais ampla possível. Abrange todas as categorias desde o chefe de poder aos servidores mais simples. E abrange também empresas do terceiro setor que recebam, na totalidade de seus recursos, mais de 50% de dinheiro público. E a Lei anticorrupção veio, fundamentalmente, para pegar a pessoa jurídica, mas também prevê a responsabilização de pessoas físicas que tenham contribuído para a prática do ilícito. Mas a lei anticorrupção falhou no sentido da responsabilização da pessoa física", relatou.

Em conversa com o AMMP Notícias, Maria Sylvia enalteceu o trabalho do Ministério Público no combate à corrupção. "O MP, junto com a PF, são as principais ferramentas no combate à corrupção no Brasil. O MP tem um papel fundamental. Ele atua com bastante independência, em relação a todos estes poderes. As maiores iniciativas nessa área são do MP."

Carpes busca a ciência para transformar cenário de violência generalizada no país



Palestra do Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, Bruno Carpes, “Sistema Prisional – mitos, verdades e alternativas”, abordou que narrativas sobre segurança pública no país não se aproximam da solução. A Promotora de Justiça Paloma Coutinho Carballido presidiu os trabalhos.

Também titulado em estudos avançados pela Escola de Altos Estudos em Ciências Criminais, Bruno Carpes se debruçou profundamente sobre dados do sistema prisional brasileiro para chegar à conclusão: o Brasil não é um país

encarcerador e punitivista. “Nosso problema se encontra no diagnóstico. Temos tido problemas com narrativas, que não têm se coadunado com a realidade, da legislação, com o índice de presos, índice de criminalidade. Hoje o custo do crime se tornou muito baixo e o ganho muito alto. Isso faz com que as pessoas migrem para a criminalidade. Precisamos desincentivar o criminoso por meio do custo, na certeza de punição, melhorando o índice de reportabilidade, melhorando os índices de resolatividade, que é se chegar a autoria dos delitos e um tempo de aprisionamento que o criminoso saiba que não valha a pena”.

Para Carpes, o MP pode capitanear mudança substancial na segurança pública brasileira. “Na área criminal o MP tem uma função essencial. Ele liga todo o sistema de justiça criminal. Que é uma tríade. O pré-processual que é a polícia, a persecução penal e a execução penal. É o único que acompanha toda a tríade. Ele pode dizer o que está vendo nos três pontos. A partir disso, o promotor procura conscientizar os governantes, os legisladores e quem mexe no sistema criminal, trazendo esse diagnóstico a que temos aqui que é de caos de criminalidade no país”, finalizou.

Fux persegue Justiça mais eficiente



O ministro do STF Luiz Fux foi o responsável por encerrar o XIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais. Em sua fala, o ministro apontou que a “Análise Econômica do Direito”, tema que deu nome à sua palestra, é um caminho para busca de uma justiça mais célere e eficiente. A mesa de encerramento foi composta pelo presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, e pelo PGJ, Antônio Sérgio Tonet.

Para o ministro, a análise econômica aplicada ao direito não esvazia o sentido real de justiça. “Separar Direito e

Economia não significa preservar a preocupação por justiça. Chamo a atenção para o fato de que eficiência e justiça não são conceitos antagônicos. A eficiência é alcançada quando, em uma determinada situação, ainda são alocados recursos disponíveis para atender, na medida do possível, todos os interesses envolvidos. Isso é chamado de “Pareto ideal”: aumento na satisfação de um interesse não pode ser alcançado sem um declínio na satisfação do outro. Vários arranjos podem ser igualmente eficientes, tendo a ausência de despesas evidentes em comum. A preferência entre estes arranjos, no entanto, especificamente no campo do Direito, é ser definido por critérios de justiça”.

Fux destacou que o Novo Código de Processo Civil apresenta caminhos que vão ao encontro da análise econômica do direito na resolução de litígios. “Um dos aspectos mais importantes do novo Código de Processo Civil é a relevância dada aos meios alternativos de resolução de litígios e de automedicação entre as partes. De acordo com o modelo econômico básico, a probabilidade de um acordo depende do relacionamento entre o montante envolvido na disputa, o otimismo das partes em relação ao resultado de qualquer processo, os custos do litígio judicial e a disposição das partes em relação aos riscos, além do comportamento estratégico de cada um deles”, enfatizou.

Pizzaria 68



Após o fim das atividades do primeiro dia, congressistas foram convidados para happy hour na Pizzaria 68. Os presentes puderam aproveitar cardápio variado de pizzas, carta de vinhos e outras bebidas.

Além dos aperitivos, os convidados ainda se fartaram de música, comandada por Daniel Bravo. Ele, munido de seu violão, tocou grandes canções brasileiras e internacionais.



Festa de encerramento

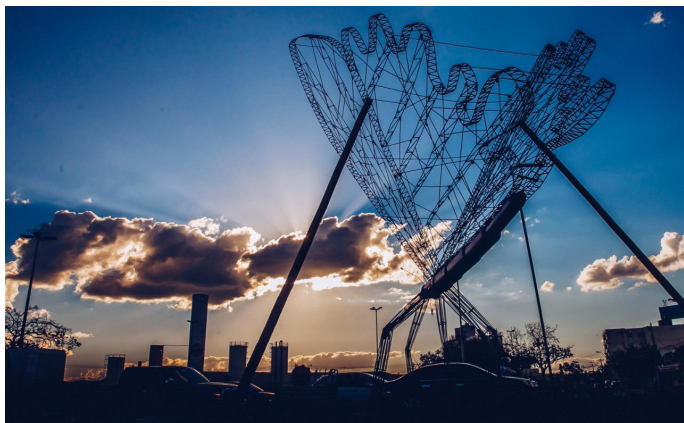
Passadas as discussões, debates e painéis do Congresso, que contou com mais de 500 pessoas, entre acompanhantes e congressistas, foi o momento de celebrar. Os participantes do evento se reuniram, no dia 31 de agosto, no espaço Sua Sala, no Shopping Ponteio para grande festa de encerramento.

Nem mesmo os dois dias de trabalho tiraram a animação da celebração, onde foi difícil permanecer sentado. A noite foi embalada com buffet especial e shows contagiantes: o grupo Take me Out, o grande nome da música baiana e ex-vocalista da banda Asa de Águia, Durval Lelys, e a cantora sertaneja Dani Moraes.

Além de se mostrarem aguerridos no cumprimento das funções da vida ministerial, os membros do MP também são bons em comemorar.



AMMP homenageia promotora de Justiça em MOC



A Associação Mineira do Ministério Público participou, no dia 23 de agosto, de homenagem póstuma à promotora de Justiça Ana Eloísa Marcondes da Silveira.

Na ocasião, a 2ª vice-presidente, Larissa Rodrigues Amaral, entregou placa pelos serviços prestados pela promotora no Ministério Público do estado.

Durante o evento, foi inaugurado o primeiro espaço do projeto “Jardim para Borboletas”, com uma área verde decorada com uma escultura de borboleta assinada pelo artista Gu Ferreira, beneficiário do projeto.

Escultura feita de sucata e assinada pelo artista Gu Ferreira, beneficiário do projeto “Para Além das Prisões”, uma parceria entre a prefeitura e o MP

AMMP acompanha Encontro Regional em MOC

A diretoria da AMMP, representada pela 2ª vice-presidente Larissa Rodrigues Amaral, acompanhou, no dia 23 de agosto, as atividades do Encontro Regional do Norte de Minas, em Montes Claros, promovido pela PGJ.

Diretoria participa de Reunião da Conamp

A diretoria da Associação Mineira do Ministério Público participou, no dia 22 de agosto, da Reunião do Conselho Deliberativo da Conamp.

Reuniões institucionais



No dia 9 de agosto, a diretoria da Associação Mineira do Ministério Público, se reuniu com os ex-presidentes da entidade para discutir assuntos institucionais de interesse da classe.



Reunião da diretoria da AMMP com Tribunal de Justiça e membros da Magistratura do Trabalho.

Ex-presidentes da AMMP participam de evento no CNMP em comemoração dos 30 anos da Constituição Federal

No dia 23 de agosto, os ex-presidentes da Associação Mineira do Ministério Público e Procuradores de Justiça José Antero Monteiro Filho, Flodesmidt Riani e Joaquim Cabral Netto participaram do “Diálogo Cidadão: 30 anos da Constituição, o Ministério Público na Constituinte”.

O evento, que aconteceu em Brasília, na sede social da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, debateu o papel do MP na construção da Carta Magna de 1988.



Chá das 3 celebra mês da primavera



Foi realizado, na tarde do dia 4 de setembro, o Chá das 3 para pensionistas e aposentados na sede da AMMP.

Os convidados se serviram de buffet especial com salgadinhos, churros e uma das mais tradicionais receitas mineiras: o mingau de milho de verde.

Além do clima de alegria pela chegada da estação das flores, que se inicia no próximo dia 22 de setembro, os presentes ainda assistiram a uma apresentação de Krav Magá, com o instrutor Dionésio Mariosi. A modalidade tem como função a defesa pessoal de seus praticantes.

O próximo Chá das 3 acontece no dia 2 de outubro.

AMMP-Saúde promove palestra

No último dia 10 de agosto, a AMMP-Saúde promoveu a palestra “Liderança Feminina e Mitologia”, na sede da Associação.

Ministrada pelo psicólogo Bernardo Monteiro de Castro, a apresentação abordou arquétipos de deusas de mitologias antigas a serem aplicadas às características humanas e aos reflexos em cenários de liderança.

Bernardo Monteiro de Castro tem extenso currículo como Psicólogo Clínico mestrado e doutorado em Letras pela PUC-MG, com Pós-Doutorado em Psicologia e em literatura, na University of Cincinnati - EUA. O profissional, que ainda ministra cursos e apresentação em eventos científicos no Brasil e no exterior, concedeu entrevista ao AMMP Notícias. Confira abaixo:



Quais são os exemplos mitológicos que podemos transfigurar para a realidade de hoje?

Todos os exemplos mitológicos. Por bem ou por mal, a gente tem que saber que há exemplos que temos que ter como referência em relação ao que a gente quer alcançar positivamente, e em relação ao que a gente quer minimizar, porque não existe sociedade sem males. A mitologia traz estes conflitos em relação à ordem do universo, à ordem da sociedade, em relação à justiça e injustiça e aos esforços. Também aborda os fracassos, como enfrentá-los, quais seus desdobramentos na sociedade, o abuso de poder e as vulnerabilidades sociais. A

fundamentação disso sobre a liderança, propriamente dita, são as referências mais contemporâneas do que é liderança. A liderança contemporaneamente deixa ser um fenômeno heróico e passa a ser vista como um fenômeno coletivo, de competências diversas, e não simplesmente aquela de quem age com prontidão, ou de quem age com uma energia maior. Muitas vezes, ouvir é liderar. E essas competências mais silenciosas, menos heroicas, têm sido cada vez mais compreendidas como competências essenciais para o exercício da liderança.

Existe uma diferença do que a gente pode chamar de liderança masculina e lide-

rança feminina, ou liderar é um processo em que ambos devem absorver certas características para ter êxito?

As duas coisas. Não há como negar que existe uma forma de ser feminina, que não depende exclusivamente das mulheres, e uma forma de ser masculina, que também não depende exclusivamente dos homens. Mas existe um lado, que dentro da mitologia, é mais delineado com perfis femininos. Como a solidariedade feminina, do exercício da maternidade, assim por diante. E há outras características ligadas ao perfil masculino, que é de uma certa ordem, de uma certa imposição. Os perfis mitológicos do guerreiro estão mais ligados ao masculino. No entanto, não quer dizer que os gêneros distintos não possam desfrutar dessas competências simultaneamente.

Como descreveria o papel da mulher na sociedade no exercício da liderança? Falta espaço para que as competências femininas de liderança possam ser exercidas?

O que a gente reconhece é que o universo feminino é re-

primido, recalcado, desvalorizado, ridicularizado, menos-prezado, e isso é muito grave. Porque isso significa uma sociedade desigual, opressora e abusiva. O papel feminino é o de unir a sociedade para que ela não tenha uma desigualdade nesse nível. Contemporaneamente, mais do que divisão política entre direita e esquerda, a divisão política é de desigualdades de gênero. Metaforicamente dizendo, a próxima revolução social quem vai fazer não é a direita nem a esquerda, é a mulher. Mulher, no discurso feminino, de quem acolhe, de quem organiza, de quem traz uma referência de família, de agregação que os homens não têm conseguido fazer. Os homens têm trazido um discurso de opressão, de divisão, de guerra, de violência de feminicídio. A mulher tem essa voz, essa função, a competência mais sensível, que o homem não tem tido. E a gente precisa de uma sociedade mais sensível, que saiba que a sensibilidade não é fraqueza. A fraqueza é não conseguir ser sensível. É isso que faz com que as pessoas se tornem rígidas, intransigentes e violentas.

Exposição de Beatriz Souza encanta visitantes



São 17 telas que expõem belas paisagens impressionistas, humanos e flores. Cada uma delas imersa em cores vibrantes e difusas. As cuidadosas pinceladas de Beatriz Souza transformaram o hall da sede da AMMP em uma verdadeira galeria de arte.

Além de belas, as obras alcançaram grande sucesso comercial, já que 12 telas foram arrematadas em menos de um mês de exibição, que se iniciou no dia 9 de agosto. A renda da exposição será revertida para a Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis (FECFAS).

Unir arte e solidariedade sempre foi um dos fatores motivadores de Beatriz, que já recebeu Menção Honrosa do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e do Museu de Arte da Pampulha. “Me dedico a pintura há mais de 20 anos e comecei a exercitar a arte para ajudar a construir a fundação Fundamigo. Desde então, venho pintando sempre para ajudar instituições filantrópicas”, relatou.

Autodidata, Beatriz explica que tem como influências o impressionismo, surrealismo e o cubismo, mas garante que não se prende a formas quando está inspirada. “Eu nunca me apeguei a uma escola de pintar. Gosto do trabalho cubista e impressionista, no entanto busco colocar na tela o que encanta minha alma. Também não misturo telas para criar. Tanto que faço o atestado de autenticidade de cada obra. Não tem tela igual”, ressaltou Beatriz, que também já expôs na Itália, Hungria e Portugal.

Novos convênios

BELO HORIZONTE

NOME: BAROS TRAT. AVANÇADO DA OBESIDADE E DOENÇAS DIGESTIVAS

Endereço: Rua dos Otoni, 735 Sala 501

Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP: 30150-274

Telefone: (31)3658-7923

Especialidade: Cirurgia Geral

NOME: PEDRO LUCAS DE ALBUQUERQUE BISPO EIRELLI

Endereço: Rua dos Carijos, 150 Sala 804

Bairro: Centro - Belo Horizonte - CEP: 30120-060

Telefone: (31)3879-4152

Especialidade: Acupuntura

NOME: CLÍNICA DE VENTILOTERAPIA S S

Endereço: Rua Mariano Procópio, 51

Bairro: Mariano Procópio - Juiz de Fora - CEP: 36035-780

Telefone: (32)3215-7616

Especialidade: Cardiologia
Pneumologia

NOME: JF PASCHOALINO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 550 Sala 1201

Bairro: Centro - Juiz de Fora - CEP: 36015-440

Telefone: (32)3215-0303

Especialidade: Oftalmologia

Convênios cancelados

NOME: CENTRO MINEIRO DE ALERGIA E IMUNOLOGIA LTDA

Endereço: Avenida do Contorno, 6888 Sl. 202

Bairro: Lourdes - Belo Horizonte - CEP: 30110-044

Telefone: (31)3286-8686

Especialidade: Alergologia

NOME: Rodrigo Fabiano Guedes Leite

Endereço: Rua dos Otoni, 735 Sala 501

Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP: 30150-274

Telefone: (31)3658-7923

Especialidade: Cirurgia Geral

NOME: Vertebra - Medicina e Reabilitação da Coluna Ltda

Endereço: Rua Padre Rolim, 815 Sala - 107

Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP: 30130-090

Telefone: (31)3245-2122

Especialidade: Ortopedia

Associados poderão praticar Krav Magá na sede

Desenvolvido por Imi Lichtenfeld, na década de 40, pela necessidade de sobrevivência em um contexto de guerra e brutalidade, o Krav Magá tornou-se uma das principais formas de combate corpo a corpo e defesa pessoal do mundo.

A eficiência das técnicas envolvendo membros superiores e inferiores, torções, imobilizações e defesa contra armas, fez com que a modalidade fosse introduzida nas Forças Especiais de Defesa de Israel.

O Krav Magá chegou a Minas Gerais em 1996. A partir de então, a prática se difundiu. Atualmente são 37 academias no Estado, sendo 25 delas na Região Metropolitana da capital.

Com o objetivo de oferecer recursos de autodefesa aos associados, a prática será ministrada no salão de festas da AMMP, pelo professor Dionésio Mariosi, às segundas e às quartas, de 18h15 às 19h15. Os interessados terão condições diferenciadas de pagamento.

Em entrevista ao AMMP Notícias, Dionésio explicou, em detalhes, como o Krav Magá se tornou reconhecido e quais



Quais os principais fundamentos do Krav Magá?

O Krav Magá tem como um dos seus objetivos capacitar qualquer um para situações de risco na rua. Para entender um pouco da lógica do Krav Magá, é preciso entender um pouco da formação do Estado de Israel, que no início da década de 40 não existia, era o Estado da Palestina e lá dentro existiam grupos que faziam a proteção da comunidade judaica. Imi Lichtenfeld, criador do Krav Magá, fazia o treinamento e capacitação de defesa pessoal de um desses grupos. Tal grupo era formado pelo mais variado tipo de pessoas, mulher, homens, crianças e esse era o material humano que Imi tinha. Então, o Krav Magá foi desenvolvido com esse pensamento, qualquer pessoa tem que conseguir reagir a qualquer tipo de agressão e em cima de três princípios básicos: a técnica tem que ser simples, a técnica

tem que ser feita da maneira mais rápida possível, pois o simples é fácil de ser detectado e ela tem que ser feita da maneira mais eficiente, ou seja, o menor gasto energético causará o maior dano físico ao agressor.

Quais as principais habilidades a serem desenvolvidas pelos associados nas aulas?

Habilidades para aprender a se defender, ganhar condicionamento físico (ganho de força, velocidade, massa muscular e flexibilidade), reflexos apurados, coragem, disciplina, respeito, paciência, controle emocional para a vida e para situações de agressão real que possam acontecer. Dependendo da aula, são gastas até 800 kcal



No Brasil, os militares trouxeram para suas instituições o Krav Magá, além disso, é dito que as mulheres procuram muito a modalidade em busca da defesa pessoal. Pode-se dizer que esses são o público alvo da técnica?

Nosso maior público hoje é formado por pessoas entre 18 e 45 anos, geralmente profissionais liberais, pessoas que já participaram ou não de outras lutas e que não estão querendo, no momento, se associar a ideia de competição. Estão em busca de algo mais objetivo. Os militares gostam do Krav Magá. Sempre que temos oportunidade de dar treinamento para eles, somos bem recebidos, mas ainda não é uma disciplina interna das forças armadas brasileiras, até porque eles têm uma maneira muito própria de passar a defesa pessoal. Nós somos convidados geralmente para cursos específicos.

Como o Krav Magá chegou ao Brasil?

O Krav Magá chegou no Brasil pelas mãos de Mestre Kobi Lichtenstein, que é o presidente da Federação Sul-americana de Krav Magá. Ele é aluno direto do criador Imi Lichtenfeld. A primeira cidade no Brasil a ter o Krav Magá foi o Rio de Janeiro.

A faixa no Krav Magá existe para você diferenciar o aluno ou ela tem uma outra lógica. E existe um campeonato?

Primeira coisa, campeonato não existe dentro do Krav Magá. As artes marciais são muito mais amplas, ou seja, dentro de alguma delas você vai treinar a parte esportiva, a parte de defesa pessoal e a parte artística. O Krav Magá só é a defesa pessoal, porém usamos o sistema de graduação por faixa: a amarela, laranja, verde, azul, marrom e preta. O iniciante no Krav Magá não possui faixa. Então a faixa serve para duas coisas, hierarquia dentro do tatame e para sinalizar para o instrutor o grau de exigência que ele deve ter com aquele aluno. Cada graduação tem um treino específico, no qual, dividimos em três grandes blocos: do iniciante até a laranja; da faixa verde até a faixa marrom; da faixa preta em diante. Do iniciante até a laranja, o aluno verá toda parte de defesa pessoal (como alguém te soca, chuta, segura seu cabelo, alguém te agarrou ou deu uma gravata, tentou te levar para o chão), situações que todo mundo já passou ou já viu alguém muito próximo passar. Da verde em diante são situações mais complexas. É aqui que começamos a ver combate de dois contra um, combate de chão, exercício contra faca ou bastão, ameaça com arma de fogo. São situações reais, mas que possivelmente o aluno não passou por aquilo. A partir da faixa preta em diante é visto toda parte de terceiros, ou seja, você começa a entender como proteger outra pessoa. O Krav Magá foi criado dentro do exército israelense. A disciplina militar é para proteger outra pessoa, então a lógica é que em algum momento você tenha o conhecimento específico para conseguir defender outra pessoa.

LOCAL: SALÃO DE FESTAS DA AMMP

**Aulas às segundas e quartas-feiras,
das 18h15 às 19h15**

**Inscrições: (31) 2105-4878
valeria@ammp.org.br**



Torneio Estadual do MP



O Torneio Estadual do Ministério Público, realizado no fim de semana de 18 e 19 de agosto, no Hotel Pimonte, em São Francisco de Paula, reuniu mais de cem participantes, entre associados e dependentes.

O evento contou com cinco equipes masculinas, duas equipes femininas, além de uma equipe infantil, que disputou um jogo com um selecionado local.

Após os jogos, foi realizado um momento de confraternização com os participantes, com a entrega da premiação, sorteio de brindes e um animado bingo.

A diretoria da AMMP agradece a todos os participantes e funcionários que contribuíram para o sucesso do evento e, especialmente, à Federação Mineira de Futebol, na pessoa do seu presidente Adriano Aro, que prestou todo o apoio à realização do Torneio.



Kart encerra com premiação para Super Campeão

A corrida de Kart, que acontece em duas baterias durante o ano, teve como Super Campeão André Santana, que chegou em primeiro lugar nas duas corridas.

Já nesta rodada, tivemos a Mariana Espíndola como campeã da categoria feminina e o Igor Peixoto Marques, campeão da categoria masculino. O segundo lugar da rodada ficou para o André Tonidandel, o terceiro para Felipe Gildin, o quarto para o Odélio Bento da Silva Júnior e o quinto lugar com Alexandre Bisaggio.

